



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSIEL GOMES COSTA

**DETERMINANTES HISTÓRICOS DO ATUAL ESTÁGIO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO VALE DO MUCURI
(MG)**

PET *programa de
educação
tutorial*
economia

**Monografia produzida no
âmbito do PET Economia –
Programa de Educação
Tutorial**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSIEL GOMES COSTA

**DETERMINANTES HISTÓRICOS DO ATUAL ESTÁGIO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO VALE DO MUCURI (MG)**

BELO HORIZONTE

2017

Josiel Gomes Costa

**Determinantes históricos do atual estágio de desenvolvimento econômico do Vale do
Mucuri (MG)**

Monografia apresentada ao Programa de Educação Tutorial - PET, do curso de graduação em Ciências Econômicas da FACE/UFMG, como parte das atividades do programa.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses Pereira dos Santos

Belo Horizonte

2017

Josiel Gomes Costa

**Determinantes históricos do atual estágio de desenvolvimento econômico do Vale do
Mucuri (MG)**

Monografia apresentada ao Programa de Educação Tutorial - PET, do curso de graduação em Ciências Econômicas da FACE/UFMG, como parte das atividades do programa.

Aprovada em: ___ / ___ / _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ulisses Pereira dos Santos – CEDEPLAR/UFMG (orientador)

Prof. Dr. Mário Marcos Sampaio Rodarte – CEDEPLAR/UFMG

Prof^a Dr^a Márcia Siqueira Rapini – CEDEPLAR/UFMG

Belo Horizonte

2017

RESUMO

O Vale do Mucuri é a mesorregião de Minas Gerais que apresenta o menor PIB per capita do estado. O seu atual estágio de atraso econômico pode ser explicado por aspectos históricos que levaram à concentração das atividades produtivas na porção central de Minas Gerais. No caso de Minas Gerais, inicialmente houve uma concentração da mineração de metais preciosos na região central do estado nos séculos XVIII e XIX. Ao ciclo do ouro seguiu-se a cafeicultura na Zona da Mata e Sul de Minas. Essas atividades propiciaram a concentração de capitais e estruturas que vieram a ser aproveitadas pela extração de minério de ferro e pela indústria siderúrgica no século XX, durante a fase inicial da industrialização mineira, estimulada pelo planejamento estatal e pela inserção de Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho. Assim, o Vale do Mucuri permaneceu alheio ao crescimento econômico que ocorria no restante do estado. Isso é explicável, em parte, pelo processo de ocupação do território nordeste de Minas. A ocupação inicial do Vale do Mucuri se deu em função das migrações oriundas do Vale do Jequitinhonha. Um dos importantes agentes da colonização do Mucuri foi a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, a qual objetivava estabelecer um meio de transporte entre o interior do nordeste de Minas Gerais e o litoral. Após inúmeras frustrações, a Companhia teve seu fim, tal qual a Estrada de Ferro Bahia a Minas, que tinham o mesmo objetivo de modernizar os transportes da região. O que se verificou na história econômica do Vale do Mucuri foram tentativas de diminuir o atraso econômico da região. As atuações do BDMG, da SUDENE e do IDENE representaram tentativas de incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas na região, utilizando mecanismos de planejamento e diligenciando o aproveitamento das potencialidades regionais. Nessa direção, a atuação do Estado como promotor do desenvolvimento econômico e a presença do planejamento se tornam essenciais. No entanto, o que se verificou foi que esses programas não foram efetivos para reduzir a desigualdade entre o Vale do Mucuri e o restante do estado.

Palavras-chave: Vale do Mucuri; Minas Gerais; história econômica

ABSTRACT

Vale do Mucuri is the mesoregion of Minas Gerais that presents the lowest per capita GDP in the state. Its current stage of economic delay can be explained by historical aspects that led to the concentration of productive activities in the central portion of Minas Gerais. In the case of Minas Gerais, there was initially a concentration of precious metals mining in the central region of the state in XVIII and XIX centuries. The golden cycle was followed by the coffee cultivation in Zona da Mata and Sul de Minas. These activities led to concentration of capital and structures that came to be utilized by iron ore extraction and steel industry in the XX century, during initial industrialization phase on Minas Gerais, stimulated by state planning and the insertion of Minas Gerais into the interregional division of labor. Thus, Vale do Mucuri remained oblivious to economic growth that occurred in the rest of the state. This is partly explained by the process of occupation of the northeastern territory of Minas Gerais. The initial occupation of Vale do Mucuri was due to migrations from Vale do Jequitinhonha. One of the most important agents of Mucuri's settlement was the Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, which aimed to establish a means of transportation between the interior of Minas Gerais' northeast and the coast. After numerous frustrations, the company had its end, just like Estrada de Ferro Bahia a Minas, which had the same objective of modernizing the region's transportation. What happened in the economic history of Vale do Mucuri were attempts to reduce the economic backwardness of the region. The activities of BDMG, SUDENE and IDENE represented attempts to encourage the development of economic activities in the region, using planning mechanisms and making full use of regional potentialities. In this direction, the State's role as promoter of economic development and the presence of planning become essential. However, what happened was that these programs were not effective in reducing inequality between Vale do Mucuri and the rest of the state.

Keywords: Vale do Mucuri, Minas Gerais; economic history.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	- 6 -
2. A FORMAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS	- 9 -
2.1. A mineração	- 9 -
2.2. A economia cafeeira.....	- 13 -
2.3. O processo de industrialização	- 15 -
3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO VALE DO MUCURI.....	- 19 -
3.1. A expansão dos mineiros para o sertão leste.....	- 19 -
3.2. Migrações a partir do Vale do Jequitinhonha	- 22 -
3.3. A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri	- 24 -
3.4. A Estrada de Ferro Bahia a Minas	- 26 -
4. OS DETERMINANTES DO ATRASO E AS TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO	- 28 -
4.1. A ação do BDMG no Vale do Mucuri e os mecanismos de planejamento	- 29 -
4.2. A SUDENE	- 32 -
4.3. O IDENE	- 33 -
CONCLUSÃO.....	- 36 -
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	- 38 -

1. INTRODUÇÃO

O estruturalismo histórico é uma linha teórica que interpreta as diferenças entre os países do mundo a partir da análise da introdução do capitalismo em cada país, a qual determinou a divisão do mundo em centro e periferia (ou em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos). Para Celso Furtado (Pombal, 1920 – Rio de Janeiro, 2004), o maior expoente do estruturalismo no Brasil, o fenômeno do desenvolvimento econômico foi um resultado da Revolução Industrial na Europa no século XVIII, quando a produtividade do trabalho foi elevada devido à introdução de novas técnicas de produção. O aumento da produtividade do trabalho levou a uma série de interações econômicas e sociais que acarretaram a melhoria do padrão de vida da população, bem como da renda real disponível para os consumidores. (FURTADO, 1961)

O subdesenvolvimento, por sua vez, é resultado da expansão do capitalismo europeu para regiões do mundo onde já haviam estruturas econômicas de natureza pré-capitalistas. Uma dessas regiões foi a América Latina, onde as estruturas sociais, políticas e econômicas pré-existentes se deformaram a partir da expansão capitalista na direção dessa região, mantendo parte da população alheia aos benefícios do crescimento econômico, apesar de a economia ter alcançado um nível elevado de diversificação econômica e de participação da indústria no produto. (FURTADO, 1961)

Nos países subdesenvolvidas, além da desigualdade no acesso de parcelas da população aos benefícios do crescimento econômico, o que se verifica é uma grande desigualdade entre as regiões dentro de um mesmo país. Para Hirschman (1977), o crescimento econômico é inerentemente desigual nas diferentes regiões de um país ou de um estado. Porém, nos países da periferia mundial, essa desigualdade no crescimento econômico persiste em função das próprias características do subdesenvolvimento.

Quando determinados fatores ambientais geram pontos de crescimento econômico, o que ocorre é um processo de *concentração* das atividades produtivas. A alocação de investimentos públicos inicialmente segue esse padrão de concentração devido à disponibilidade de projetos industriais, mão-de-obra qualificada e matérias-primas. A isso se soma a disponibilidade de recursos privados resultantes da acumulação de capital em atividades econômicas pré-existentes. O que pode ocorrer em seguida é a difusão do crescimento econômico pelas demais

regiões de um país. No entanto, a necessidade de coesão do estado e o imperativo da desigualdade entre as regiões, bem como o aumento do volume de recursos disponíveis após a concentração¹, estimula a transição para um padrão de distribuição do investimento público no qual há tentativas de impulsionar o desenvolvimento nas áreas até então estagnadas. (HIRSCHMAN, 1977)

O que ocorre nos países subdesenvolvidos é que a fase de concentração do crescimento econômico se acentua, enquanto as tentativas de distribuição do investimento para áreas deprimidas não ocorrem de maneira a reduzir efetivamente as desigualdades regionais. A desigualdade regional se torna então algo intrínseco ao subdesenvolvimento. Chaves (2002) destaca que Minas Gerais, como um estado inserido em um país periférico, possui grandes diferenças socioeconômicas entre suas regiões. Minas Gerais é um estado heterogêneo, dentro do qual convivem regiões atrasadas e espaço economicamente dinâmicos.

O caso de Minas Gerais é um exemplo da concentração da produção em determinados espaços. Historicamente, as atividades econômicas se condensaram na região central do estado, deixando algumas regiões numa condição de atraso se comparadas ao restante do estado. O Vale do Mucuri, localizado na porção nordeste de Minas, por exemplo, possui um PIB *per capita* de R\$ 3.487,46 (dados de 2010), enquanto a mesorregião² Metropolitana possui um PIB *per capita* de R\$ 11.319,86. Se considerarmos o PIB regional, o Vale do Mucuri possui o menor valor adicionado dentre as regiões de Minas Gerais, com um PIB de apenas R\$ 1,344 bilhão (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010).

Sendo a mesorregião com o menor PIB do estado, torna-se importante compreender os aspectos que levaram a esse atraso econômico do Vale do Mucuri em relação ao restante de Minas Gerais. O componente histórico será então o foco desse trabalho de investigação, o qual pretende analisar a história econômica de Minas Gerais, colocando em foco a história do Vale do Mucuri, em busca de explicações para seu atual estágio de subdesenvolvimento econômico.

¹ Após a concentração das atividades econômicas em determinados polos, é possível elevar impostos, dado o aumento permanente da renda privada resultante da industrialização. Isso permite o aumento da receita governamental que pode ser utilizada na indução do crescimento nas regiões deprimidas.

² Uma mesorregião é definida pelo IBGE como um espaço individualizado em uma unidade da federação que possua identidade regional construída ao longo do tempo e que se distingue das regiões vizinhas. Segundo essa classificação do IBGE, Minas Gerais é dividida nas seguintes mesorregiões: Campos das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990)

Essa monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados aspectos históricos da formação econômica de Minas Gerais, com destaque para os ciclos econômicos da mineração e da cafeicultura e para o processo de industrialização. No segundo capítulo é discutido o processo de ocupação do território do Vale do Mucuri. No terceiro capítulo é feita uma sistematização dos determinantes históricos do atual atraso econômico da região e, por fim, é construída uma análise dos principais mecanismos que tentaram reverter esse quadro de atraso.

2. A FORMAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

Durante a maior parte da história do Brasil, a região atualmente definida como o estado de Minas Gerais apresentou grande relevância para a economia nacional. A mineração, o cultivo do café e a indústria de transformação foram algumas das atividades econômicas que mais se desenvolveram no território mineiro.

O estudo em separado de cada uma dessas atividades se apresenta como uma oportunidade de esquematizar o processo de formação econômica de Minas Gerais e facilitar o seu estudo. Trata-se de um estado cuja economia passou por vários períodos diferentes, cujas características fornecem um diagnóstico preliminar da história econômica brasileira.

2.1. A mineração

A história da formação de Minas Gerais está intimamente ligada às suas riquezas naturais. Os bandeirantes paulistas que se deslocavam no território desde o início do século XVII, em direção às terras da Bahia e de outras capitanias do norte do Brasil estavam em busca de índios para escravizar e de negros vivendo em quilombos. Utilizando uma antiga trilha indígena, os bandeirantes encontraram ouro nos arredores desse caminho ao longo do sertão³. (RESENDE, 2007a)

A primeira descoberta de ouro no território mineiro é atribuída por Eschwege (2017) a Manuel Borga Gato. Esse descobrimento teria ocorrido no ano de 1680, às margens do Rio das Velhas. Após isso, vários outros bandeirantes encontraram ouro no território mineiro. As jazidas ocorriam ao longo da Serra do Espinhaço, que é uma cadeia montanhosa disposta no território mineiro no sentido Norte-Sul e que separa a bacia do Rio Doce da bacia do Rio São Francisco.

A própria expressão "minas gerais" advém da fama de que era possível encontrar ouro "à flor da terra" em qualquer direção que as pessoas seguissem. Segundo Resende, (2007a), essa descoberta de ouro provocou a formação do primeiro núcleo de povoamento do território

³ Segundo Godoy (1996), o termo sertão é bastante utilizado nos relatos produzidos por aqueles que se deslocaram pelo território mineiro ao longo da história colonial. Para esses viajantes, a baixa densidade populacional, a presença de populações indígenas hostis ao contato com os brancos e a agressividade da formação natural do território se constituíam em adversidades apresentadas pelas múltiplas regiões designadas de forma genérica como sertões.

mineiro, com a chegada de grande população no sertão de Cataguases - região onde se localizam as minas do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto.

A atividade comercial intensa, o combate aos quilombolas e o surgimento de novas fronteiras agrícolas em terras mais férteis ajudaram a expandir o território de Minas Gerais, anteriormente delimitado pelos interesses da atividade mineradora. Porém, os caminhos pelos quais seguiam aqueles que procuravam ouro e lidavam com essa atividade apresentaram um papel importante na formação do território. Ao longo dessas passagens haviam entroncamentos onde se instalavam roças, vendas, capelas e estalagens. Essas estruturas serviam de suporte à atividade mineradora e deram origem às primeiras vilas de Minas Gerais. (RESENDE, 2007a)

Mas nos caminhos do ouro também foram instaladas estruturas que visavam controlar a cobrança de impostos e o fluxo de pessoas no território. A Coroa portuguesa assegurava seus direitos sobre a terra e suas riquezas através dos seguintes elementos:

- a) passagens: locais onde se cobrava um pedágio sobre o direito de passagem;
- b) registros: uma espécie de alfândega, onde se recolhia impostos sobre a entrada de escravos, gado e cargas diversas;
- c) fiéis: funcionários da Coroa encarregados da troca do ouro em pó por moedas; ficavam instalados dentro dos registros;
- d) guardas militares: responsáveis pela fiscalização dos caminhos próximos às minas e pela garantia do funcionamento dos interditos, instalados juntos aos registros; eram trocadas e revistas mensalmente;
- e) destacamentos militares: estabelecidos ao longo dos caminhos, em pontos estratégicos do território, combatiam as estratégias usadas para enganar o fisco; dispunham de um particular armamento. (Resende, 2007a)

Esses mecanismos de controle estabelecidos pela Coroa faziam parte de uma progressiva mudança na forma de lidar com a região de Minas Gerais. A movimentação de pessoas em direção a esse território foi inicialmente incentivada pelo governo português. No entanto, segundo Resende, (2007a), entre o final do século XVII e início do século XVIII foram estabelecidas medidas de restrição à imigração de pessoas vindas do interior da colônia e de Portugal. Foi proibida a permanência de padres regulares, estrangeiros, ourives e mascates, além de serem exigidas licenças especiais e passaportes para entrar na região.

A medida derradeira desse processo foi a interdição do Caminho do São Francisco⁴, ou seja, a proibição de todo o comércio de mercadorias (com a exceção do comércio de gado) e trânsito de pessoas através do Caminho Geral do Sertão, como também era chamado. A crise da atividade canavieira no Nordeste foi um dos motivos pelos quais essa medida de proibição foi tomada. O governo português acreditava que a indústria da cana-de-açúcar havia entrado em decadência em virtude do amplo movimento de pessoas das zonas de cultivo da cana em direção às regiões mineradoras. (RESENDE, 2007a)

Porém, segundo Schwartz (1998), a decadência da economia açucareira está ligada principalmente ao cultivo de cana de açúcar nas Antilhas pelos holandeses que haviam sido expulsos do nordeste brasileiro. Os holandeses haviam exercido um importante papel no financiamento do transporte e do comércio do açúcar produzido no Brasil. Com a sua ida para as Antilhas, eles se tornaram fortes concorrentes pois conseguiam vender o açúcar mais barato na Europa.

A migração de pessoas em busca de ouro não está, portanto, diretamente ligada ao abandono das regiões produtoras de açúcar, apesar de esse movimento ter ocorrido. Nas palavras de Wilhelm Eschwege (2017, p. 28):

Pessoas de todas as condições, fidalgos e plebeus, ricos e pobres abandonaram seus lares tranquilos, seus negócios, famílias e bens; mulheres e crianças, todos estavam possuídos de visões sedutoras que os impeliavam a pesquisar morros auríferos, lagoas e rios, revolucionados por centenas de boatos fabulosos.

Segundo Furtado (2005), esse movimento populacional era facilitado pelo fato de que não era necessário um grande volume de capital para iniciar a exploração do metal precioso encontrado em Minas Gerais. Ao contrário da exploração da prata no Peru, que era obtida em lavras que exigiam grande investimento inicial para sua implantação, o ouro da região de Minas era inicialmente explorado em aluviões no leito de rios.

⁴ O interdito do Caminho Geral do Sertão não foi muito efetivo. Depoimentos da época, citados em Resende (2007a), revelavam a grande dificuldade de controlar a entrada ou a saída de pessoas por esse caminho devido sobretudo à habilidade com a qual as pessoas se enveredavam pelo território e acessavam as minas por caminhos paralelos que as tropas régias não conheciam.

No entanto, segundo Paula (2007), esse intenso movimento migratório levou a crises de abastecimento nos anos de 1697-1698 e 1700-1701. Aqueles que abandonavam seus negócios e deslocavam seus escravos para as minas muitas vezes encontravam fome e alimentos com preços excessivamente inflacionados.

A produção brasileira de ouro cresceu durante toda a primeira metade do século XVIII, conforme dados de Calógeras *apud* Paula (1988) constantes da tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Produção brasileira de ouro (1700 – 1822)

Ano	Produção anual média (kg)
1700 – 1709	4.500
1710 – 1719	4.500
1720 – 1729	7.792
1730 – 1739	12.258
1740 – 1749	14.542
1750 – 1759	10.589
1760 – 1769	10.589
1770 – 1779	10.589
1780 – 1789	7.578
1790 – 1799	7.578
1800 – 1809	2.763
1810 – 1819	2.763

Fonte: adaptado de Calógeras *apud* Paula (1988).

Após um rápido aumento, a produção aurífera chegou ao auge no final da primeira metade do século XVIII, quando se obteve uma média de 14.542 kg de ouro por ano. Após esse período, houve um leve declínio da produção. Mas essa se manteve significativa até o início do século XIX, quando a queda de mais de 60% (de 7.578 kg/ano para 2.763 kg/ano) marcou o encerramento definitivo do ciclo do ouro.

Com o declínio da mineração ocorrido a partir da segunda metade do século, houve uma rápida involução da economia na província de Minas. Segundo Furtado (2005), isso ocorreu porque

outras atividades econômicas permanentes não se haviam estabelecido na região, com exceção da agricultura de subsistência. Com o passar do tempo, grandes empresários da mineração, que antes haviam dominado lavras, se reduziram a simples fiscoadores.

Essa redução da atividade mineradora diminuiu a capacidade de importar da província de Minas, resultando num processo de substituição de importações. Essas atividades agrícolas de subsistência, subsidiárias da mineração, passaram a ser atividades principais, fazendo com que Minas Gerais obtivesse autossuficiência na produção de alimentos e começasse a exportar o excedente para o Rio de Janeiro.

No campo das atividades manufatureiras, a substituição de importações não foi tão relevante, mas também ocorreu. Locais onde ocorria a produção de ferramentas para a mineração passaram a fabricar instrumentos a serem utilizados na agricultura. E a indústria têxtil, que antes produzia tecido e roupas para a população ligada à mineração, também se desenvolveu. Essa evolução da indústria têxtil, porém, foi encarada pela Coroa Portuguesa como causa do declínio da mineração⁵. (Zemella, 1951 *apud* Martins, 1982)

2.2. A economia cafeeira

Segundo Lapa (1993), a desintegração da economia mineradora ensejou a existência de recursos subutilizados que se tornaram disponíveis para a formação de um novo ciclo econômico, o do cultivo do café. Esse processo ocorrido no século XIX se deu pelo aproveitamento pela economia cafeeira das estruturas de transporte e comercialização, bem como da mão-de-obra escrava ociosa ou semi ociosa.

No entanto, para Martins (1982), o papel de empregador de mão-de-obra escrava do setor cafeeiro tem sido superestimado na literatura histórica. Segundo estimativas, a porcentagem da população escrava empregada no cultivo e comércio de café não ultrapassou 15,38% da população total de escravos de Minas Gerais (dado do ano de 1886).

⁵ Como forma de coibir o que acreditava ser a transferência de mão-de-obra da mineração para a manufatura, D^a Maria I, rainha de Portugal à época, publicou em 1785 um alvará que proibia fábricas têxteis no Brasil, à exceção daquelas que produzissem tecidos grosseiros para o vestuário de negros e embalagem de alimentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2017)

A decadência da mineração não direcionou à cafeicultura a mão-de-obra escrava subutilizada. Apesar de muitos autores atribuírem às regiões de decadência da exploração do ouro o papel de exportadoras de mão-de-obra cativa, Martins (1982) afirma que não há evidência desse fato nos documentos produzidos na época. Os dados indicam, na realidade, que o preço dos escravos era maior em Minas Gerais do que no Rio de Janeiro, gerando carência de mão-de-obra na agricultura mineira.

A questão da mão-de-obra fornece uma indicação de que, após o apogeu da mineração, a economia mineira sofreu uma inversão. No entanto, a sua estrutura autossuficiente não se modificou. O setor cafeeiro que surgiu em seguida era uma extensão da cafeicultura fluminense e sua ligação era com o Rio de Janeiro. Não houve impacto no restante da província.

O que se verificou no restante do território mineiro foi uma agricultura de subsistência, cuja produção era destinada ao autoconsumo e, em alguns casos, vendida em mercados locais e, em menor escala, na província do Rio de Janeiro. Fora da área cafeeira predominavam sítios, fazendas de gado e roças de subsistência com tecnologias primitivas e espalhadas pelo território. (MARTINS, 1982)

Para Martins (1982), o território mineiro podia ser dividido em duas regiões bastante distintas: a Zona da Mata, onde predominava a plantation agroexportadora; e os campos, onde predominava a agricultura de subsistência e a criação de gado. E mesmo a grande propriedade produtora de café apresentava certo nível de diversificação, em comparação com as plantations de café do Rio de Janeiro e de São Paulo, produzindo outros gêneros alimentícios para sua autossuficiência.

Além disso, na parcela do território mineiro onde não predominava a cafeicultura, a população livre não encontrava dificuldades para se estabelecer em um pedaço de terra, cultivar alimentos ou criar animais em regime de subsistência e sobreviver sem que precise vender sua força de trabalho. Isso porque o território mineiro não estava completamente ocupado. (MARTINS, 1982).

O processo de acumulação primitiva de capital descrito em Marx (2011) ainda não havia se completado em Minas Gerais no século XIX. Uma grande parcela do território era composta de terras livres, cuja propriedade não pertencia a ninguém mais do que os nativos. Nessas terras

seria possível a família camponesa estabelecer residência e produzir os itens necessários à sua sobrevivência sem que fosse necessário vender sua força de trabalho ao capitalista.

As primeiras lavouras de café de Minas Gerais datam da década de 1790, na Zona da Mata, pois foi onde houve melhor aclimatação da planta. O Vale do Paraíba⁶ foi a primeira região para onde se expandiu o café cultivado do Sul de Minas. Mas a expansão prosseguiu em direção ao oeste do estado de São Paulo, tendo na cidade de Campinas um grande polo de difusão do cultivo cafeeiro. (LAPA, 1998)

As exportações de café proveniente de Minas Gerais cresceram de 10.264 toneladas em 1852 para 81.960 toneladas em 1888. Porém, a produção mineira ficou restrita a uma pequena faixa de terra que acompanhava a fronteira com o Rio de Janeiro e se limitava ao norte pelas serras da Mantiqueira, da Gameleira e do Caparaó. Essa faixa de terra se estendia na direção sudoeste-nordeste e, além dela, mesmo nos territórios onde a fertilidade da terra e o clima se prestavam bem ao cultivo do café, a produção em escala comercial era impossibilitada pelos custos de transporte. (MARTINS, 1982)

A expansão do cultivo do café se dava na fronteira, conforme o esgotamento da fertilidade da terra. O oeste paulista superou a produção cafeeira do Vale do Paraíba com uma produção moderna de bases capitalistas. Lapa (1998) destaca ainda que, na região do oeste paulista, o cultivo do café gerou uma mentalidade empresarial capitalista, com desenvolvimento urbano, uma agricultura moderna e uma aristocracia imigrantista e com ativismo na prática política. Isso contrastava com a mentalidade tradicional, a regressão urbana, a agricultura arcaica e a indiferença política presentes na cafeicultura do Vale do Paraíba.

2.3. O processo de industrialização

Uma das óticas de interpretação das origens históricas da industrialização brasileira é a que afirma que a indústria crescia em função do crescimento do setor agroexportador. O setor agroexportador apresentava importância para o setor industrial por criar um mercado interno consumidor para o setor industrial, promover a criação de estruturas que seriam utilizadas pela

⁶ Trata-se de uma região que faz parte da bacia do Rio Paraíba do Sul e compreende o litoral norte do estado de São Paulo e o sul do Rio de Janeiro. Atualmente, cidades importantes como São José dos Campos, Taubaté, Volta Redonda e Angra dos Reis estão localizadas na região do Vale do Paraíba.

indústria (como ferrovias e estradas, por exemplo) e promover a imigração que inicialmente se dedicaria ao setor agroexportador mas que poderia ser utilizada pela indústria. Assim, o setor cafeeiro teria proporcionado as bases para a industrialização.

Porém, essa é apenas uma das análises possíveis. Para Lapa (1998), o relacionamento da cafeicultura com a indústria pode ser de:

- a) oposição: relação conflituosa, onde a indústria só avançava durante as crises do café, no momento em que os investidores desviavam o capital da cafeicultura para a manufatura;
- b) integração: integração entre café, transportes, comércio e indústria;
- c) contradição: café e indústria são partes integrantes do processo de acumulação do capital, mas com divergências e conflitos entre os setores.

Para Pires (2013), a consolidação da produção cafeeira na Zona da Mata gerou encadeamentos para o setor financeiro e industrial da região, além de propiciar o desenvolvimento de uma rede urbana complementar à economia de exportação. A criação do Banco de Crédito Real, em 1889, foi a mais clara demonstração de como pode ocorrer essa associação entre setor agroexportador e indústria. Tendo um foco inicial na concessão de empréstimos de longo prazo para a cafeicultura, o Banco passou a destinar os investimentos dos fazendeiros aos empréstimos para financiamento da indústria. Além disso, os cafeicultores mantinham grande participação no mercado de ações das empresas industriais.

Porém, nem todo o estímulo à industrialização veio da agricultura. Desde o ciclo do ouro⁷ já havia um pequeno incentivo à produção local de ferramentas de ferro e aço que seriam utilizados na mineração. Com o esgotamento do ouro aluvial, que era lavado na areia dos rios e córregos, a demanda por ferramentas aumentou. Associada a isso, a exploração de diamantes na atual região do Vale do Jequitinhonha criou um importante mercado para os produtos siderúrgicos. (BAETA, 1973)

⁷ A maior demonstração da vocação mineira para a siderurgia foi a construção, em 1814, da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, no município de Morro do Gaspar Soares (atual Morro do Pilar), distrito de Conceição do Mato Dentro. Segundo Dulce (2013), quando Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá assumiu o posto de Intendente-Geral das Minas, ele concretizou o projeto de construção daquele que foi o primeiro alto forno da América do Sul. Câmara tinha consciência do alto custo dos equipamentos, mas insistiu na instalação do empreendimento sobretudo pela importância da produção de ferramentas para a mineração.

Para Furtado (2005), após a crise de 1929 a desintegração da cafeicultura fez com que os capitais presentes nessa atividade econômica fossem desviados para outros setores onde o mercado interno oferecesse maiores possibilidades de lucro. A redução dos lucros líquidos da agroexportação cafeeira provocou o movimento dos capitais para a cultura do algodão e para a indústria nacional. O que teria ocorrido em Minas Gerais na primeira metade do século XX seria um processo de substituição de importações, uma vez que a maior rentabilidade do setor de produção para o mercado interno atraía os capitais provenientes do setor agroexportador. Além disso, a indústria de bens de capital também seria beneficiada, já que a importação desses bens se encontrava dificultada devido à depreciação cambial – a crise do setor exportador diminuía o volume de moeda estrangeira que poderia ser utilizada para a importação de bens de capital.

Apesar disso, a economia de Minas Gerais apresentava um relativo atraso econômico em relação ao estado de São Paulo no início do século XX. Isso levou a elite técnica mineira a defender um projeto de desenvolvimento onde a ação do Estado exerceria um papel central. Agindo junto a agentes políticos estaduais e federais, essa elite tecnocrata afirmava que a instalação de uma siderúrgica no território mineiro seria vantajosa devido ao corpo técnico já presente no Estado e à proximidade das fontes de matérias primas. Essa discussão, no entanto, se concentrava na região de tradição mineradora, ou seja, a região central do estado. (BARBOSA; BARBOSA, 2006)

Porém, mesmo com os desejos da elite técnica mineira, a instalação de uma siderúrgica federal em Minas Gerais viria a ocorrer apenas em 1962, com uma associação entre capitais públicos e estrangeiro. Segundo Diniz (1981), o local de instalação da Usiminas foi definido levando-se em consideração fatores como: localização da matéria-prima, transporte ferroviário e rodoviário, fornecimento de energia elétrica, disponibilidade de mão-de-obra e proximidade de indústrias correlacionadas.

Percebe-se que a exploração de minério de ferro na região central de Minas foi um dos fatores que mais contribuiu para o adensamento das atividades produtivas nessa região, além da inclinação da economia mineira para a indústria de transformação. Nas palavras de Diniz (1981, p. 174):

Em síntese, o fortalecimento dos laços da integração econômica brasileira gerou uma divisão inter-regional do trabalho comandada pelo centro dinâmico São Paulo, na qual coube a Minas Gerais especializar-se na produção de insumos industriais semielaborados, os bens intermediários (aço, alumínio, cimento) [...] A crise dos anos de 1960, ao dificultar o crescimento das indústrias de bens não-duráveis de consumo e ao dificultar também a implantação de novas indústrias de bens de capital e duráveis de consumo, impediu a integração da estrutura industrial mineira e reforçou a tendência à especialização produtiva [...].

Somou-se a isso a influência que a concentração industrial em São Paulo exerceu sobre as localidades de Minas Gerais mais próximas a esse estado. Isso porque as áreas de fronteira com estados mais desenvolvidos economicamente costumam estar vinculadas a estes últimos. Um exemplo é a Zona da Mata mineira, que se encontra sob influência do Rio de Janeiro (CHAVES, 2002).

3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO VALE DO MUCURI

Os bandeirantes se deslocaram pelo território mineiro durante todo o século XVIII em busca de metais preciosos. A ocupação do território que havia sido concedido em sesmarias e a captura de indígenas também foram propósitos perseguidos pelos expedicionários. A crise da mineração a partir da segunda metade do século causou um aumento no número de expedições e uma expansão das mesmas para áreas antes não exploradas. Assim se iniciou a difusão das bandeiras para o leste do território mineiro.

3.1. A expansão dos mineiros para o sertão leste

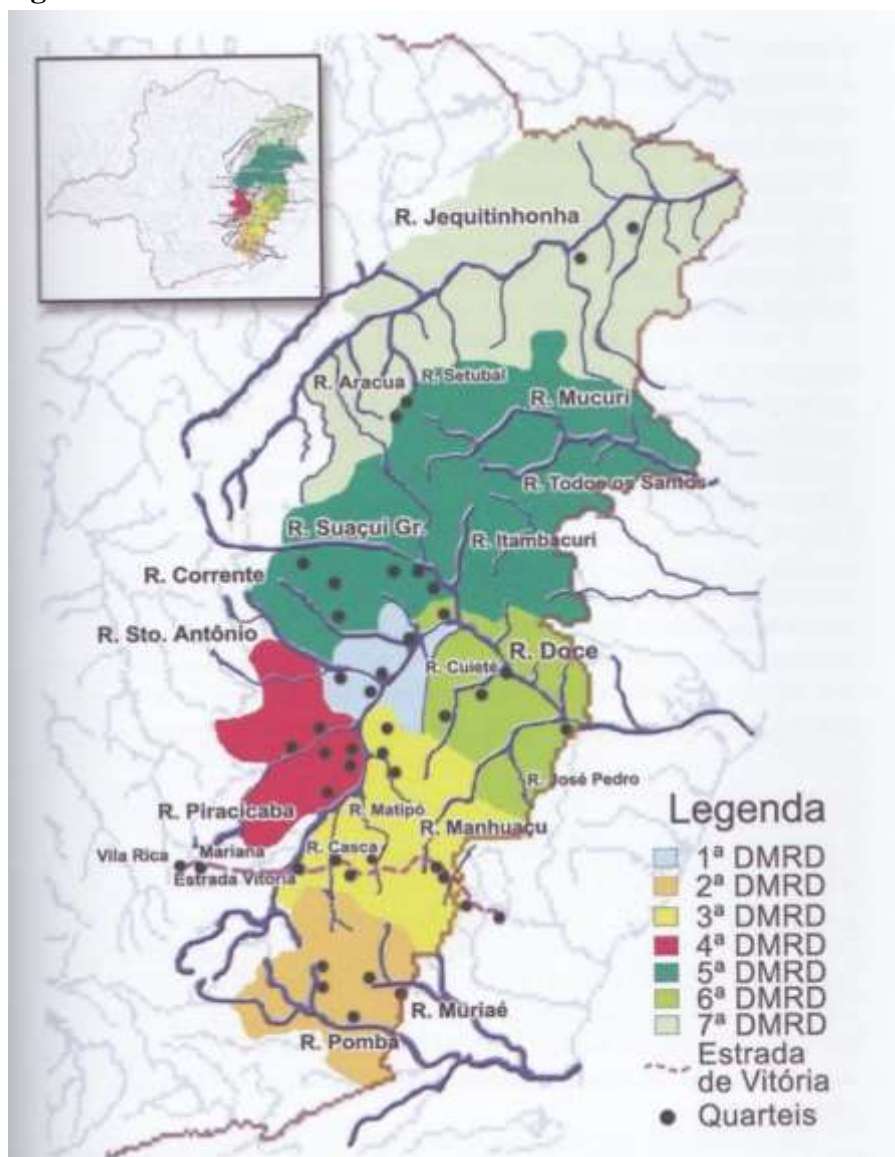
Para Godoy (1996), o sertão do Rio Doce, na porção leste de Minas Gerais, apresentava grande ocupação pela população indígena, vegetação fechada (constituída pelo bioma da Mata Atlântica) e uma pequena presença de população não indígena. A região foi visitada pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire no início do século XIX, resultando em relatórios de viagens que descrevem as características daquele sertão. A porção leste do território mineiro era uma área de colonização, ocupada por algumas tribos indígenas bastante resistentes ao contato com o homem branco. A principal atividade produtiva era a agricultura voltada para o autoconsumo e, em menor parcela, para o abastecimento de outros mercados, sempre com uma estrutura fundiária desconcentrada.

Porém, segundo Espindola (2013), a ocupação inicial da região se deu com o estabelecimento dos limites entre as capitânicas de Minas Gerais e do Espírito Santo no século XVII. A determinação das fronteiras entre Minas e Espírito Santo fez com que o governo desse último estimulasse a ocupação do sertão a partir da navegação no Rio Doce. De outro lado da fronteira, por sua vez, o governo mineiro instalou cadeias na região. No entanto, a migração para o sertão do Rio Doce era em sua maioria de pessoas que buscavam metais preciosos. Como eles não encontravam, se tornavam cada vez mais endividados. A ocupação do território era uma preocupação constante do governo local, que chegou a expor à coroa portuguesa a necessidade de se estimular a exploração de ferro e cobre e o estabelecimento da agricultura, do comércio e da navegação fluvial na região.

Os maiores problemas para a ocupação da região eram as dificuldades de se transpor a mata fechada, ultrapassar as quedas d'água na navegação fluvial, lidar com as intempéries do clima

e com a agressividade dos índios botocudos⁸. Em 1808, o príncipe regente Dom João declarou guerra aos índios botocudos e ordenou a ocupação militar do território. Foram criadas então seis circunscrições militares, cada uma delas controlada por uma Divisão Militar do Rio Doce (DMRD), conforme figura 1. Os comandantes das divisões militares possuíam plenos poderes militares, civis, judiciais e policiais. A captura e escravização dos índios era estimulada. (ESPINDOLA, 2013; OLIVEIRA, 2009)

Figura 1 – Divisões Militares do Rio Doce estabelecidas em 1808



Fonte: (ESPINDOLA, 2013)

⁸ O termo *botocudo* era usado de maneira geral para designar os indígenas na região leste do Brasil, devido à característica comum a todos eles de utilizarem uma madeira na região bucal (chamada botoque) que deixava o lábio projetado. Esse era um traço cultural comum aos índios do tronco macro-jê, que na região de Minas Gerais e do Espírito Santo era representado pelas tribos Naknanuk, Krekmúm, Djiporoka, Bakuên, Pojixá e Krekak. (OLIVEIRA, 2009)

Segundo Espindola (2013) e Oliveira (2009), a política de extermínio dos indígenas foi substituída por uma política de introduzir os índios à cultura europeia, a fim de promover a segurança do território cuja ocupação estava sendo estimulada. As DMRD promoviam a formação de acampamentos, vilas e arraiais, nos quais eram promovidas as noções de civilização aos indígenas.

Segundo Resende (2007b), nos acampamentos era executado um processo chamado de *administração* dos indígenas, que nada mais era do que a introdução dos nativos (chamados de *administrados*) à cultura e religião europeias. Para atingir esse objetivo, os europeus (*administradores*) responsáveis pelo aldeamento podiam se utilizar dos mais diversos mecanismos, desde o aprisionamento dos indígenas, a imposição de trabalhos forçados a fim de “ensinar aos administrados o valor do trabalho” e torná-los mais apegados à terra, até a celebração de casamentos entre nativos e brancos.

Para a consecução desse objetivo, o processo de administração dos nativos contou com a associação entre as duas instituições mais importantes do Brasil imperial: a Igreja Católica e o Estado. A Igreja desejava ampliar o número de fiéis. O Estado imperial atendia aos pedidos daqueles que desejavam colonizar a região do Vale do Mucuri, mas que esbarravam na presença intimidadora dos indígenas. Oliveira (2009) descreve um exemplo desse processo pela vinda, em 1872, de padres italianos missionários da ordem dos capuchinhos, pela indicação do Ministro Imperial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Barão de Itaúna. Os missionários se encarregaram da “civilização” dos nativos no aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri⁹. O que se verificou então foi a utilização de mecanismos de atração dos nativos aos acampamentos e a posterior utilização da mão-de-obra indígena nas lavouras.

As Divisões Militares foram extintas em 1839, sem atingir de maneira satisfatória os objetivos de promover a navegação fluvial, o fluxo comercial de importação e exportação e o desenvolvimento da agricultura de exportação na região do Rio. Os quartéis e as guarnições de soldados das companhias dos rios Jequitinhonha e Mucuri e do Rio Doce foram mantidos e, em 1845, foram convertidas em Companhias de Pedestres. Essas companhias eram compostas de homens que enriqueciam explorando a população indígena, colocando-a para trabalhar na

⁹ Este aldeamento deu origem à atual cidade de Itambacuri, município limítrofe a Teófilo Otoni.

abertura de estradas e na coleta de poaia¹⁰. A civilização dos índios seria a garantia de ocupação do território. Para isso, o governo imperial enviou frades capuchinhos para Filadélfia (atual Teófilo Otoni) e mais tarde foi fundado o aldeamento de Itambacuri. A devastação das matas e o enriquecimento através do comércio de poaia era promovido através do massacre dos índios, tendo os frades missionários capuchinhos concluído o trabalho iniciado pelas DMRD, promovendo o desaparecimento étnico-cultural dos nativos.

3.2. Migrações a partir do Vale do Jequitinhonha

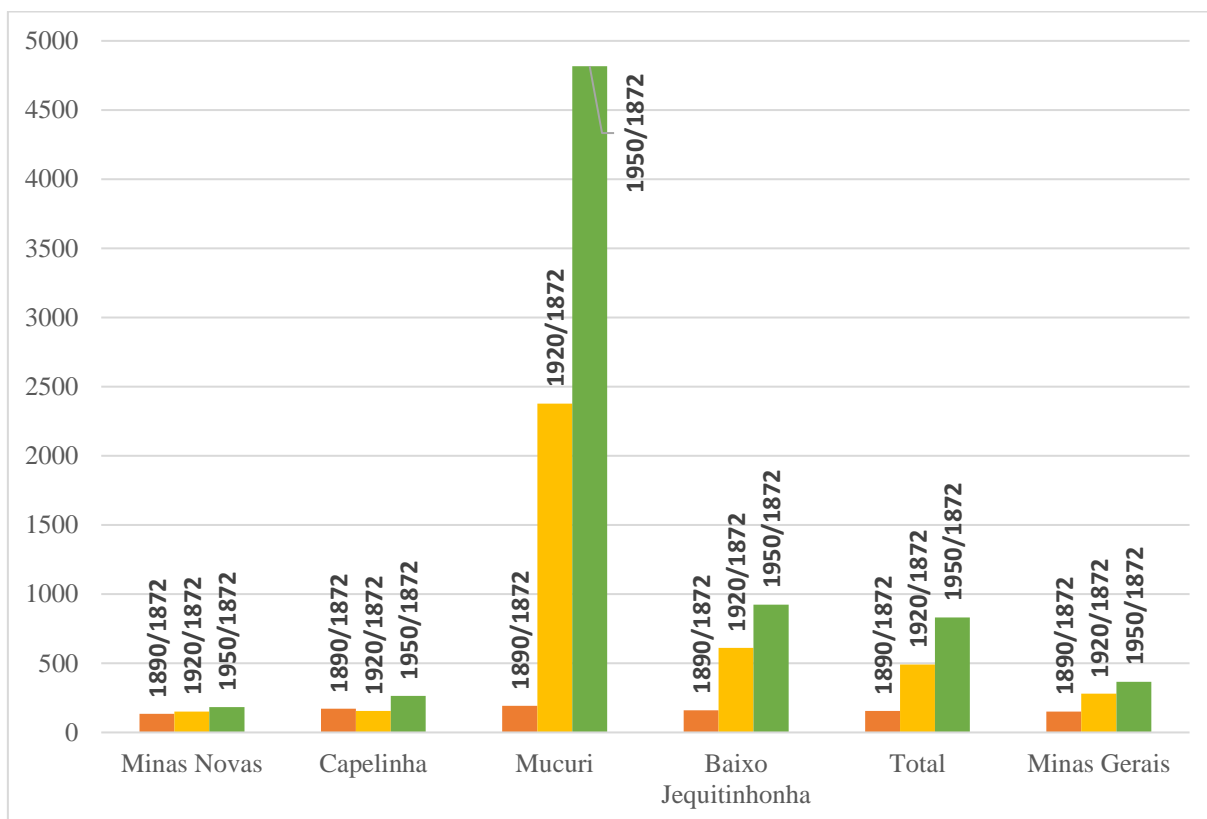
Enquanto na região leste a ocupação se dava pela busca de metais preciosos que não foram encontrados, no Vale do Jequitinhonha o declínio da produção de ouro e diamantes fez com que parte de sua população começasse a se deslocar para o leste durante o século XVIII. Aqueles que saíam do Alto Jequitinhonha em direção ao Vale do Mucuri estavam em busca de novas lavras, associadas à abertura de lavouras e à caça de índios que pudessem ser aprisionados. Mas tudo que havia era a Mata Atlântica, densa, contínua e que se espalhava praticamente do Rio de Janeiro a Salvador.

No Alto Jequitinhonha, o distrito de Minas Novas era uma zona mineradora com considerável contingente populacional, formado por escravos e também por homens livres. Com o declínio da atividade aurífera, os moradores da região passaram a se dedicar cada vez mais à agricultura de subsistência. No entanto, o esgotamento da fertilidade do solo e o aumento da demanda por terras estimulava os movimentos migratórios da região em direção às fronteiras de mata fechada ao leste, ou seja, o Vale do Mucuri. (RIBEIRO, 2013)

O aumento da demanda por terras na região de Minas Novas significou a geração de uma juventude camponesa deserdada, que viam nas matas do Mucuri uma oportunidade de melhoria de vida. A esperança de uma ocupação promissora estimulava jovens, escravos libertos e até grandes famílias rurais a deixarem a zona mineradora decadente e enfrentarem os riscos dos ataques dos índios nas matas. O resultado disso foi que a população do Vale do Mucuri cresceu muito mais do que a população dos demais distritos, conforme é possível verificar no gráfico 1, construído a partir de dados dos censos demográficos realizados entre 1872 e 1950, citados em Ribeiro (2013).

¹⁰ A poaia, também chamada de ipeca ou ipecacuanha, é uma planta da família das rubiáceas (mesma família do cafeeiro), valorizada devido às suas propriedades medicinais. (GLOBO RURAL, 2017)

Gráfico 1 – Evolução percentual da população da região do antigo distrito de Minas Novas e Minas Gerais, 1872/1950 (1872 = 100%)



Fonte: adaptado de Ribeiro (2013)

O incentivo governamental foi importante para estimular a ocupação do território. A partir de 1808 o governo anistiou dívidas, liberou impostos por 10 anos, legalizou o serviço gratuito dos índios mais agressivos por 10 anos ou mais e concedeu terras aos agricultores que se estabelecessem no Jequitinhonha e Mucuri. O tenente baiano Hermenegildo Almeida, por exemplo, navegou pelo Rio Mucuri em 1846 à procura de índios para civilizar e encontrou vestígios de pedras preciosas num rio que ele batizou de Topázio. A extração e o comércio de águas-marinhas, crisólitas, topázios e diamantes em muitos lugares moviam um comércio que incentivava a migração para a região. (RIBEIRO, 2013)

A história do Vale do Mucuri costuma ser contada sempre se dando ênfase ao projeto de Teophilo Benedicto Ottoni (Serro, 1807 – Rio de Janeiro, 1869), fundador da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, também chamado de *Pogirum* pelos índios. No entanto, é preciso saber que a origem da maioria dos primeiros habitantes da região é de uma migração de agricultores nacionais, camponeses e colonos que saíram do Alto Jequitinhonha em direção ao

mar do sul da Bahia. Esse movimento migratório se deu em função da pressão demográfica, da fome e da busca pela riqueza.

3.3. A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri

O engenheiro francês Pedro Victor Renault foi nomeado pelo governo da província de Minas como comandante de uma expedição cujo objetivo era explorar a região para conhecê-la, pois o governo desejava instalar uma prisão no Mucuri. A rota seguida a partir de 1840, do Alto Jequitinhonha até a foz do rio Mucuri, resultou num relatório de informações pouco rigorosas, que descreveu uma mata com quedas d'água, especiarias, tesouros como ouro e crisólita, belas paisagens e um solo próprio para criação de gado e para cultivo de alimentos. No entanto, os índios ferozes impediam a ocupação do lugar, sendo que os membros da expedição passaram fome por não poder usar armas de fogo, uma vez que não queriam chamar a atenção dos índios que os perseguiram ao longo da viagem. (RIBEIRO, 2013)

Alguns anos depois, quando Hermenegildo de Almeida subiu o Mucuri, apesar de encontrar abundância de alimentos e sinais de pedras preciosas, ele afirmou que o rio nunca seria navegável e que a narrativa de Renault era fantasiosa. Teophilo Benedicto Ottoni preferiu acreditar na narrativa de Renault, de que aquela região era realmente um paraíso que não deveria ficar entregue aos indígenas. Empresário e político, Ottoni desejava estabelecer uma via de transporte na região. Para ele, se a produção do interior de Minas Gerais seguisse para o mar através do rio Mucuri ao invés de seguir o caminho das serras até o Rio de Janeiro, seria possível para os mineiros exportar qualquer produto. O caminho para o Rio de Janeiro pelas serras era muito dispendioso, tendo um custo que só compensava para produtos como ouro, pedras preciosas e gado. Caso fosse possível estabelecer uma rota através do Rio Mucuri, os agricultores da região norte de Minas fariam fortuna e, com a excelente fertilidade do solo, haveria a atração de novos migrantes. Ottoni acreditava que seria possível chegar ao Rio de Janeiro em três dias através da foz do Rio Mucuri. (RIBEIRO, 2013)

Para Ribeiro (2013), o Rio Mucuri era o que viabilizava o projeto de Ottoni, que acreditava que seria possível navegar da foz do rio, no litoral da Bahia, até o encontro com o Rio Todos os Santos, próximo ao local onde hoje é o município de Carlos Chagas. Credo que o empreendimento tinha potencial e que poderia estabelecer uma boa relação com os índios, Ottoni assinou um contrato com o governo imperial que previa, além de outros itens:

- a) permissão para abertura e exploração exclusiva de estradas;
- b) isenção dos impostos de importação e exportação por 80 anos;
- c) garantia de instalação de um quartel militar;
- d) direito exclusivo de navegação pela rota marítima e pelo rio;
- e) direito de determinar o preço dos fretes;
- f) prestação de serviços de correio pela Companhia do Mucuri;
- g) abertura do rio para navegação a vela.

A abertura da mata seria feita por conta e risco da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, em troca da isenção de impostos sobre negócios que ainda não existiam. Então, quando a Companhia se estabeleceu no Mucuri, por volta de 1851, começaram os problemas. Inicialmente, percebeu-se que o rio Mucuri não era navegável, por ser muito raso e pela presença de cachoeiras, o que exigiu a expansão do comprimento inicialmente planejado para a estrada. (RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2009)

No entanto, construir uma estrada de 300 quilômetros de extensão no meio da mata não foi uma tarefa fácil. Havia serras e rios a transpor. Os sacrifícios de vidas e de recursos foi imenso. Além disso, o comércio se revelou muito menor do que o esperado, fazendo com que a Companhia não obtivesse nenhum lucro com o transporte. Para evitar a falência, Ottoni resolveu investir num novo ramo de negócio: a imigração europeia. (RIBEIRO, 2013)

A ideia era substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra imigrante. Se os europeus que chegassem ao Mucuri comprassem as terras pertencentes à Companhia, Ottoni imaginava que poderia fornecer apoio a atividades de agricultura e receber pagamentos pelas terras. Entretanto, as famílias de imigrantes que chegaram à região não possuíam patrimônio e tiveram suas despesas de viagem pagas pela Companhia. (RIBEIRO, 2013)

No começo de 1859 uma seca atingiu a região, matando de fome muitos europeus recém-chegados. Quando o médico alemão Robert Avé-Lallemant chegou à região e presenciou o desastre, colocou doentes e moribundos em um navio e os levou ao Rio de Janeiro, expondo à corte toda a infelicidade da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. O nome da Companhia e de Ottoni ficaram associados a essa situação desagradável, eles perderam o apoio e os privilégios concedidos pelo governo, dando fim à empresa. (RIBEIRO, 2013)

3.4. A Estrada de Ferro Bahia a Minas

Um importante instrumento para consolidar a ocupação do território do Vale do Mucuri foi a Estrada de Ferro Bahia a Minas (EFBM), a qual não pode ser deixada de lado ao se estudar a história econômica da região. No século XIX havia uma abordagem que considerava a ferrovia em si como sinônimo de modernidade, ao invés de encará-la como mecanismo promotor do desenvolvimento. Foi nesse contexto que Teophilo Benedicto Ottoni idealizou a EFBM. Natural de Vila do Príncipe (atual município do Serro, MG), Ottoni acreditava que estabelecer uma ligação ferroviária entre a sua terra natal e o litoral sul da Bahia possibilitaria à elite econômica da região dispor de uma nova rota de escoamento de sua produção. Essa rota traria a independência dos portos do Rio de Janeiro e Santos. (GIFFONI, 2006)

Apesar da ideia de ligar o Serro ao litoral, o que foi possível foi a ligação do litoral com o interior do nordeste de Minas Gerais, sem chegar ao Serro, através do projeto da Estrada de Ferro Bahia a Minas. A ferrovia foi concedida em 1880, sob condições de grande subvenção estatal (assim como as demais ferrovias implantadas em Minas Gerais no século XIX). (GODOY, BATISTA e BARBOSA, 2012)

Ligando Caravelas a Aymorés, em 1930 ela apresentava extensão de 512km, sendo 370km no território mineiro. Sua total implantação ocorreu apenas em 1942 (62 anos após a concessão). Sua trajetória financeira foi de constantes endividamentos, o que fez com que passasse à administração de diferentes entes durante a história:

- a) de 1880 a 1894: administração pela Companhia EFBM;
- b) de 1894 a 1904: passou ao controle do governo do estado de Minas Gerais;
- c) de 1904 a 1911: passou novamente à administração privada;
- d) de 1911 a 1912: ficou sob administração federal, sendo incorporada à Rede Bahiana de Viação Férrea; e
- e) de 1912 a 1936: foi arrendada à Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux d'Est Bresilien, de origem francesa.

Segundo Giffoni (2006), a EFBM teve grande influência no processo de ocupação do nordeste mineiro e em sua integração com o sul da Bahia. O aumento da população no Vale do Mucuri

no período de implantação e funcionamento da ferrovia foi significativo. Muitos dos municípios da região surgiram a partir de acampamentos da estrada de ferro.

Apesar da grande extensão da malha ferroviária mineira, as ferrovias em Minas não significaram dinamização das economias regionais, apesar de reduzirem os custos de transporte, promoverem a circulação de mercadoria e de pessoas e quebrarem o isolamento regional. As ferrovias em Minas representaram grandes despesas para o governo provincial (e depois para o governo estadual), além de não promoverem políticas de desenvolvimento regional. (GODOY, BATISTA e BARBOSA, 2012) O que se verificou foi a transferência de capitais públicos para a iniciativa privada. A EFBM foi concedida à iniciativa privada sob enormes vantagens econômicas. Quando a iniciativa privada se mostrou incapaz de assegurar os lucros, o Estado assumiu novamente o controle das ferrovias, arcando com as dívidas deixadas.

Além disso, o traçado da maioria das ferrovias mineiras era radial, ligando o território a portos de onde seriam escoados os bens produzidos internamente. Não havia, portanto, preocupação em se integrar as economias das mesorregiões mineiras através do modal ferroviário e estabelecer diretrizes de desenvolvimento econômico regional. A iniciativa era sempre de inserir a economia mineira num paradigma primário exportador. Para isso, basta olhar o movimento de privatização das ferrovias brasileiras na década de 1990; Minas chegou a ser, no início do século XX, o estado com a maior malha ferroviária do país; quando ocorreu a privatização, havia apenas a Estrada de Ferro Vitória a Minas, a qual liga o porto de Tubarão (ES) a Belo Horizonte e às jazidas das Vale S/A na região central do estado, ou seja, a única ferrovia que perdurou em Minas Gerais foi a que promoveu (e ainda promove) a exportação de bens minerais primários.

4. OS DETERMINANTES DO ATRASO E AS TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Em Minas Gerais, o processo de industrialização e de crescimento econômico descrito nos capítulos anteriores seguiu um padrão que Hirschman (1977) caracterizou como *concentração*, dada a polarização na distribuição das atividades econômicas. O que se verificou em Minas Gerais desde sempre foi a presença de pontos de crescimento econômico, dados fatores ambientais, fluência do progresso econômico de regiões vizinhas mais avançadas economicamente ou ação governamental no sentido de concentrar esforços de desenvolvimento em regiões já beneficiadas previamente.

Daí se originou a avançada confluência das atividades econômicas na região central do território mineiro. O ciclo do ouro no século XVIII deixou o Vale do Mucuri inicialmente alheio ao avanço das atividades produtivas que estava ocorrendo no restante do território, uma vez que a exploração de ouro ocorreu principalmente na Serra do Espinhaço. Em seguida, a cafeicultura que se estabeleceu na Zona da Mata propiciou a acumulação de capitais que serviriam ao estabelecimento da indústria na região, deixando a economia do Vale do Mucuri mais uma vez em posição isolada frente ao restante de Minas Gerais.

Esses fenômenos ligados à exploração mineral foram os principais determinantes do atraso histórico do nordeste de Minas Gerais em relação ao restante do estado. Mas o processo de ocupação do território também contribuiu para a manutenção dessa desigualdade. A ocupação do Vale do Mucuri esteve ligada à migração a partir do Vale do Jequitinhonha, à Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri e à construção da EFBM. O processo migratório não se revelou suficiente para estabelecer atividades produtivas que trouxessem progresso para a região. Isso se deve em parte às dificuldades de locomoção no território e à presença de população indígena hostil. Os dois empreendimentos que objetivavam superar a dificuldade de locomoção, por sua vez, apesar de receberem grande incentivo governamental, encontraram dificuldades que não foram facilmente superadas, estando de certo modo ligados a interesses de elites que não souberam aproveitar as potencialidades da região.

Isso tudo contribuiu para que o Vale do Mucuri permanecesse isolado do desenvolvimento econômico que se verificou em Minas Gerais. O processo de fluência descrito em Hirschman (1977), que afirmava que o crescimento econômico de algumas regiões induziria o crescimento

das regiões vizinhas, não se verificou no caso do Mucuri. Em outras situações, um progresso econômico como o que se verificou na região central de Minas inseriria o nordeste do estado em uma divisão inter-regional do trabalho, tornando as duas economias complementares. Porém, não foi isso que ocorreu. Não há fornecimento expressivo de produtos primários do Vale do Mucuri para o restante do estado, uma vez que a economia das mesorregiões mais desenvolvidas economicamente é diversificada, com convivência de atividades industriais e do setor primário. (HIRSCHMAN, 1977) Essa diversificação econômica é um traço histórico de Minas Gerais. Caso houvesse complementaridade entre Vale do Mucuri e região central, verificar-se-ia um efeito de fluência natural do progresso econômico de uma região para outra. Isso tornariam desnecessárias as tentativas de redução da desigualdade regional que se verifica entre o Vale do Mucuri e o restante do estado.

De forma geral, a questão da desigualdade regional em Minas Gerais é uma discussão da segunda metade do século XX, quando começaram a tomar forma as primeiras tentativas governamentais de estímulo ao desenvolvimento econômico na mesorregião do Vale do Mucuri.

4.1. A ação do BDMG no Vale do Mucuri e os mecanismos de planejamento

O avanço da industrialização em Minas Gerais não pode ser compreendido sem se analisar a importância do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Criado em 1962, durante o governo de Magalhães Pinto, o BDMG se originou de anseios políticos para a instituição de um órgão que reunisse uma equipe capaz de traçar estudos e fazer um planejamento do desenvolvimento da economia mineira. O relativo atraso de Minas Gerais frente ao estado de São Paulo no que tange ao desenvolvimento industrial, bem como a crise econômica da década de 1960, contribuiu para que o banco encontrasse certas dificuldades no início de sua operação. Entre elas, destaca-se a resistência dos empresários às exigências de projetos e de controle das aplicações (o que era diferente do método de operação dos bancos comerciais até então existentes). (DINIZ, 1981)

Porém, vencidas as dificuldades iniciais, o que se verificou foi a crescente importância do BDMG na industrialização mineira. O principal subsídio fornecido pelo banco ao planejamento econômico do estado foi o Diagnóstico da Economia Mineira, um amplo documento que apresentava a verdadeira situação econômica do estado. A situação de subdesenvolvimento, a

carência de infraestrutura, os indicadores sociais precários e a perspectiva histórica a respeito do desenvolvimento de determinadas atividades econômicas foram algumas das conclusões apresentadas no Diagnóstico da Economia Mineira. A sua elaboração foi efetivada por profissionais com ideologia desenvolvimentista. Essa mesma ideologia motivou a criação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), em 1968, como um centro de ensino e pesquisa em questões regionais. (DINIZ, 1981)

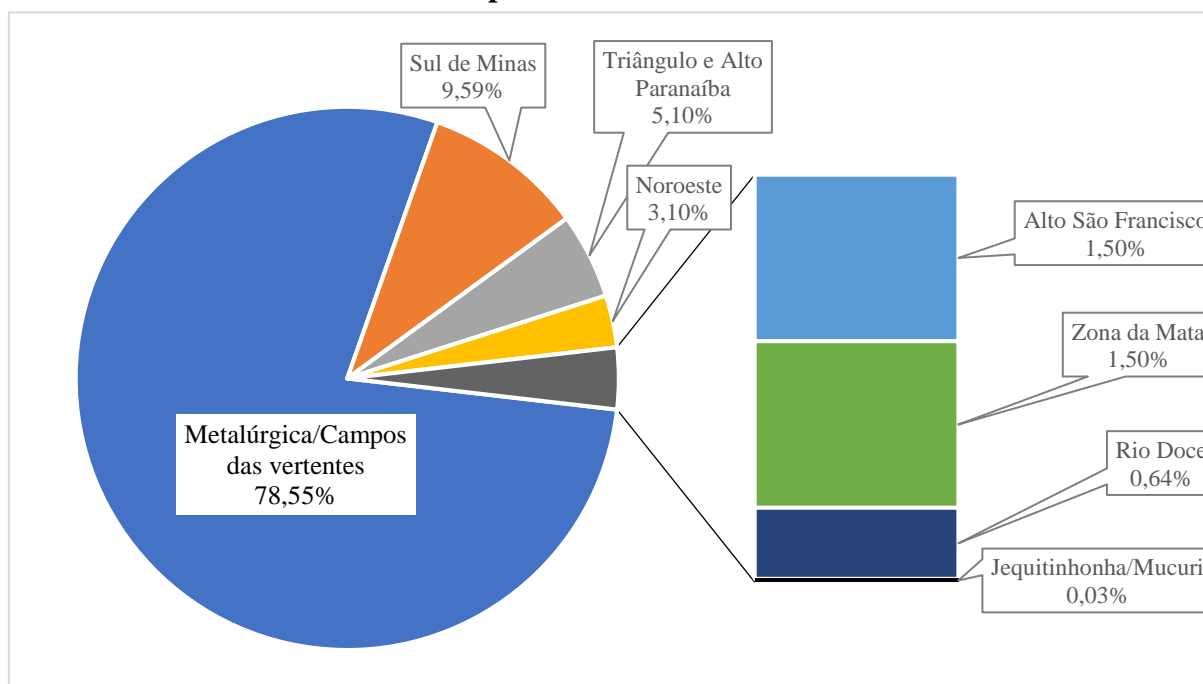
Inicialmente preocupado com questões gerais do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, a ação do BDMG em seus primeiros anos de existência não contribuiu para a redução do atraso relativo do Vale do Mucuri frente ao restante do estado. O principal projeto apoiado pelo banco em seus anos iniciais foi a instalação do Frigorífico Mucuri S/A (FRIMUSA), em 1963. Havia naquela época uma tentativa de aproveitar as potencialidades de cada região no desenvolvimento de projetos industriais. Ao Vale do Mucuri coube a situação de fornecedor de produtos primários a partir da pecuária existente na região. As indústrias de transformação financiadas pelo BDMG no restante do território mineiro, por sua vez, se apoiaram na disponibilidade de matérias-primas oriundas da mineração. Além disso, o elevado grau de industrialização do estado de São Paulo na época fez com que a economia mineira assumisse um papel de economia complementar à paulista, no arranjo da divisão regional do trabalho que se verificou entre os estados brasileiros à época. (DINIZ, 1981)

O Diagnóstico da Economia Mineira representou a valorização do planejamento como instrumento promotor do desenvolvimento econômico. Os planos econômicos lançados pelo governo mineiro na década de 1970 seguiram esse caminho. O I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (I PMDES), publicado em 1971, também partiu de uma apresentação do quadro da economia mineira na época, visando solucionar os problemas da economia de Minas Gerais através da ação estatal. A esse plano se seguiu o II PMDES (publicado em 1975) e o III PMDES (publicado em 1979). Todos eles identificaram um estado de Minas Gerais que apresentava: (a) um processo de crescimento distorcido pelo atraso relativo do setor agropecuário em relação aos demais setores econômicos; (b) aumento dos contrastes sociais decorrentes da industrialização; e (c) falta de diversificação na produção. (MUINHOS, 1991)

O chamado *milagre econômico* pelo qual passava a economia brasileira se refletiu nos indicadores econômicos de Minas Gerais, que apresentava altas taxas de crescimento do PIB,

elevadas taxas de crescimento do PIB industrial e aumento do capital estrangeiro investido no estado. Sob essas condições, os planos mineiros de desenvolvimento da época objetivavam a diversificação da economia, a priorização da produção de bens de capital, de bens de consumo durável e de bens intermediários, além da consolidação do parque industrial mineiro, da melhoria do sistema fazendário estadual e da descentralização espacial da administração pública mineira. (MUIINHOS, 1991) Isso, no entanto, não se refletiu em mudança no paradigma da concentração espacial da produção mineira na região central do estado. O gráfico 2 mostra a participação relativa dos investimentos¹¹ em cada uma das macrorregiões¹² econômicas de Minas Gerais, no período 1970-1977:

Gráfico 2 – Participação dos investimentos nas macrorregiões de Minas Gerais no período 1970-1977



Fonte: Elaborado a partir de Muinhos (1991)

Percebe-se uma clara concentração dos investimentos na década de 1970 na região central do Estado. A exceção foi a região Sul de Minas, que se aproveitou da sua estrutura de cidades de médio porte, da desconcentração industrial de São Paulo e do incentivo governamental para impulsionar seu crescimento econômico.

¹¹ O valor do investimento para cada uma das macrorregiões de planejamento considera a formação bruta de capital fixo, calculada pela Secretaria Estadual de Planejamento de Minas Gerais (SEPLAN).

¹² Os dados constantes em Muinhos (1991) fornecem o investimento na década de 1970 considerando o Vale do Mucuri juntamente com o Vale do Jequitinhonha, numa divisão do estado de Minas Gerais que era a adotada pela SEPLAN no período.

4.2. A SUDENE

O planejamento como motor do desenvolvimento econômico de determinadas regiões brasileiras teve sua maior representação no século XX com a ação, dentro do governo, dos quadros técnicos formados na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). O nome de maior influência do pensamento cepalino no Estado brasileiro foi Celso Furtado, economista paraibano que inicialmente coordenou e liderou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Executando estudos e proposta de planejamento para sustentar o desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro, o GTDN foi o gérmen da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek. (CARVALHO, 2000)

Para Diniz (1981), a inclusão de municípios mineiros nos limites da área do polígono das secas beneficiou alguns municípios da região norte de Minas Gerais, os quais, com a criação da SUDENE, passaram a contar com apoio da autarquia a projetos de desenvolvimento. Nesse momento, no entanto, o Vale do Mucuri não estava sendo beneficiado pelos estudos e propostas da SUDENE. E, de fato, após o golpe militar de 1964, a SUDENE teve suas funções reduzidas. De uma autarquia com prerrogativas distintas das demais e cujo objetivo era reduzir a condição de subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro, a SUDENE teve suas atribuições limitadas às políticas de desenvolvimento rural integrado e desenvolvimento local integrado. (CARVALHO, 2000)

Em 1999, após sucessivos escândalos de corrupção, a SUDENE foi extinta pelo governo federal, sendo recriada pela Lei Complementar nº 125/2007, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lei representou importante avanço na tentativa de redução da condição de atraso do Vale do Mucuri, uma vez que a legislação incluía os municípios do Mucuri e do norte do Espírito Santo na área de abrangência da SUDENE, além de recuperar a finalidade de promoção do desenvolvimento econômico regional de sua área de abrangência. Em seus artigos 13 e 14, a legislação especifica um dos mecanismos de atuação da SUDENE:

Art. 13. O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, que abrangerá a área referida no caput do art. 2º desta Lei Complementar, elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, será um instrumento de redução das desigualdades regionais.

Art. 14 [...]

§ 1º O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste terá como objetivos, entre outros:

- I - diminuição das desigualdades espaciais e interpessoais de renda;
- II - geração de emprego e renda;
- III - redução das taxas de mortalidade materno-infantil;
- IV - redução da taxa de analfabetismo;
- V - melhoria das condições de habitação;
- VI - universalização do saneamento básico;
- VII - universalização dos níveis de ensino infantil, fundamental e médio;
- VIII - fortalecimento do processo de interiorização do ensino superior;
- IX - garantia de implantação de projetos para o desenvolvimento tecnológico;
- X - garantia da sustentabilidade ambiental. (BRASIL, 2007)

Apesar de representar um avanço no apoio ao desenvolvimento econômico do Vale do Mucuri, a SUDENE possui pouco tempo de atuação na região, de modo que ainda não é possível avaliar a efetividade de suas ações e o efeito dos projetos de desenvolvimento apoiados. Além disso, os recursos destinados ao financiamento de micro e pequenas empresas na área de atuação da SUDENE são oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Esse fundo é operado pelo Banco do Nordeste, o qual não é obrigado por lei a publicar o nome e a cidade onde está estabelecida a empresa financiada pelo FDNE. (BANCO DO NORDESTE, 2007) Isso torna complexa a tarefa de estabelecer um indicador numérico do benefício trazido pela SUDENE e pelo FDNE ao Vale do Mucuri.

4.3. O IDENE

Uma tentativa mais recente de promover o desenvolvimento do Vale do Mucuri está representada na criação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), em 2002. No ano seguinte, o governo de Minas criou a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas (SEDEVAN), posteriormente transformada em Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (SEDINOR). A SEDINOR incorporou o IDENE como órgão operacional, representando o esforço do governo estadual para propor diretrizes e ações com vistas à redução do atraso econômico e social das regiões norte e nordeste de Minas Gerais. (LUNA, 2008) A área de atuação do IDENE está representada na figura 2.

Figura 2 – Área de atuação do IDENE



Fonte: SEDINOR, 2017

Ao se analisar a ação concreta do IDENE no Vale do Mucuri, o que se verifica, no entanto, é um conjunto de ações que estão mais relacionadas à redução da pobreza e da miséria e de finalidade essencialmente social do que ações destinadas a condições econômicas e financiamento de empresas na região. A tabela 2 mostra as principais ações atuais do IDENE na região, contidos na lei orçamentária anual (LOA) de 2017.

Tabela 2 – Atuais ações do IDENE previstas no LOA 2017

Programa	Finalidade	Orçamento para 2017 (R\$)
Entrega de leite beneficiado adquirido junto à agricultura familiar	Entregar leite para os beneficiários do programa (crianças entre 02 e 07 anos, idosos, nutrizes, gestantes e entidades socioassistenciais) que residem/atuam na área de abrangência do IDENE, de maneira a combater a fome e a desnutrição.	1.200.000

Aquisição de leite da agricultura familiar	Fortalecer a cadeia produtiva do leite, por meio da geração de renda e da garantia de preço do leite produzido pelo agricultor familiar	15.101.785
Beneficiamento e distribuição de leite adquirido junto à agricultura familiar	Beneficiar o leite adquirido junto aos produtores beneficiários do programa nacional de agricultura familiar (PRONAF), visando o fortalecimento da cadeia produtiva, e distribuir para os beneficiários cadastrados no programa <i>Um leite pela vida</i>	10.898.215
Apoio à agricultura familiar no Norte e Nordeste	Fortalecer a agricultura familiar por meio de incentivos à formação de cooperativas, de qualificação do agricultor familiar, implantação de unidades produtivas e subsídios a insumos necessários à produção	3.485.096
Potencialização das vocações regionais do norte e nordeste de Minas Gerais	Promover intervenções de apoio ao desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida da população localizada nas áreas do semiárido mineiro e seu entorno	3.486.096

Fonte: Lei Orçamentária Anual (MINAS GERAIS, 2017)

A atuação do IDENE também se dá com ações do Plano de Urgência de Enfrentamento da Seca, que investe recursos para atender famílias em comunidades rurais nos municípios que decretaram situação de emergência devido à seca e à estiagem. A ação prática se dá pela distribuição de materiais hidráulicos e contratação de empresas para perfuração de poços artesianos visando a garantia do fornecimento de água para a região. (SEDINOR, 2017)

O que se verifica, dada a distribuição orçamentária do IDENE, é uma ação mais assistencial desse órgão do governo estadual, o qual recebe recursos também recursos do governo federal (MINAS GERAIS, 2017) para a consecução de seu objetivo principal de reduzir a condição de subdesenvolvimento nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais, incluindo o Vale do Mucuri. Trata-se de um órgão com atuação focada no setor econômico primário e, portanto, sem efeitos significativos diretos sobre o desenvolvimento econômico dos demais setores da economia da região.

CONCLUSÃO

O processo inicial de ocupação do território mineiro foi o primeiro determinante histórico da atual situação de atraso econômico do Vale do Mucuri em relação ao restante de Minas Gerais. A chegada dos bandeirantes paulistas estava ligada principalmente à procura de metais preciosos. O que se desenvolveu em seguida, com o declínio da produção aurífera, foi uma agricultura de subsistência em todo o espaço e a difusão da cafeicultura do Vale do Paraíba para a Zona da Mata mineira. Foi o setor cafeeiro agroexportador que promoveu a acumulação de capital propulsora do início da industrialização em Minas Gerais.

No entanto, não se pode perder de vista que a ação estatal foi importante para a industrialização mineira. No início do século XX o governo de Minas incentivou a instalação de indústrias no território, na tentativa de reduzir o atraso do estado em relação a São Paulo. Dada a distribuição de fontes de matérias primas na região central, foi aí que se concentraram as indústrias instaladas. Essas indústrias eram predominantemente de bens intermediários, dada a divisão regional do trabalho na qual Minas estava inserida.

O Vale do Mucuri, por sua vez, foi ocupado inicialmente a partir do Vale do Jequitinhonha. A busca de metais preciosos no território e a ideologia de modernização dos transportes na região levaram à criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, a qual exerceu papel importante na chegada dos imigrantes ao nordeste de Minas Gerais. A ação do governo imperial também foi extremamente importante nesse caso, dados os subsídios recebidos pela companhia. Mas o que se verificou, no entanto, foi uma sequência de erros que culminaram na falência da empresa. O mesmo ocorreu com a Estrada de Ferro Bahia a Minas, que teve uma trajetória semelhante de obtenção de subsídios estatais para a consecução de objetivos que não se concretizaram.

O que se verificou então foi um isolamento do Vale do Mucuri do desenvolvimento e do crescimento econômico que ocorreu na história de Minas Gerais. Mesmo as tentativas de redução do atraso econômico da região malograram, dadas as suas incipiências. A ação do BDMG no Mucuri não foi significativa, mesmo na época do milagre econômico brasileiro. A área de abrangência da SUDENE passou a incluir o Vale do Mucuri apenas no início dos anos 2000, num momento em que a superintendência já havia perdido grande parte do prestígio anterior ao golpe militar de 1964. O IDENE, por sua vez, como uma tentativa mais recente do

governo estadual de reduzir as diferenças entre as regiões norte e nordeste de Minas Gerais e o restante do estado, também não logrou nenhum êxito, uma vez que suas ações estão mais voltadas para finalidades sociais de redução da pobreza extrema, ao invés de objetivar o crescimento econômico da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. **No tempo das fábricas**. Disponível em:

<<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=978&sid=107>>. Acesso em 01 ago. 2017.

BAETA, Nilton. **A indústria siderúrgica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1973.

BANCO DO NORDESTE. **FDNE**. Banco do Nordeste. Disponível em:

<<https://www.bnb.gov.br/fdne-apresentacao-finalidade-e-condicoes>>. Acesso em 03 nov. 2017.

BARBOSA, Lidiany Silva; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Engenheiros mineiros na era Vargas: uma contribuição sobre a atuação do corpo técnico, as políticas públicas e o processo de desenvolvimento regional de Minas Gerais**. XII Seminário sobre a economia mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2006

BRASIL. **Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp125.htm >. Acesso em 02 nov. 2017.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. 2ª ed. São Paul: Companhia Editora Nacional, 1935. *apud* PAULA, João Antônio de. **O prometeu no sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, v. 1, 1988. (Tese de doutorado)

CARVALHO, Otamar de. **Sudene 40 anos: a herança**. Cadernos do Nordeste. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/ne2710_2.htm>. Acesso em 18 out. 2017.

CHAVES, M. A heterogeneidade em Minas Gerais - como combinar o dinâmico e o estagnado. In: PAULA, J. A. D.; UFMG/CEDEPLAR; CARVALHO, J. A. M. D. **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira - 1982-2002: coletânea de trabalhos**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, v. 1, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, Otavio Soares. **A indústria mineira no século XIX**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org.); VILLALTA, Luiz Carlos (org.). **A província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2013.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. **Pluto brasiliensis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1944. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/pluto-brasiliensis-memorias-sobre-as-riquezas-do-brasil-em-ouro-diamantes-e-outros-minerais-v-1>>. Acesso em 01 set. 2017.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org.); VILLALTA, Luiz Carlos (org.). **A província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2013.

FURTADO, Celso **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1959]2005.

GIFFONI, José Marcelo Salles. **Trilhos arrancados: história da Estrada de Ferro Bahia a Minas (1878 – 1966)**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG, 2006. (Tese de doutorado)

GLOBO RURAL. Raiz de ipeca tem alto valor devido a suas propriedades medicinais. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/06/raiz-de-ipeca-tem-alto-valor-devido-suas-propriedades-medicinais.html>>. Acesso em 17 out. 2017.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1996. (Texto para discussão nº 109)

GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional: subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940**. Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 2012. (Texto para discussão nº 458)

HIRSCHMAN, Albert. **Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Economia do ouro: Minas Gerais**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. Tomo 1, vol. 2, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, v. I, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IpeaData**, 2010. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/default.aspx>>. Acesso em: 26 mar 2017.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

LUNA, Rodrigo Bandeira de. **Mapa de potencialidades econômicas das regiões do norte e nordeste de Minas Gerais: onde está escondido o ouro**. In: WILDHAGEN, Cid Dutra (org). **Diálogos sociais: reflexões e experiências para a sustentabilidade do desenvolvimento do norte e nordeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, 2008.

MARTINS, Marcos Lobato. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG - 1890 a 1950. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, 2010.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para discussão nº 10).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, [1867] 2011.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.476, de 26 de dezembro de 2016**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em < <http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/planejamento-e-orcamento/lei-orcamentaria-anual-loa/lei-orcamentaria-anual-loa>>. Acesso em 12 set. 2017.

MUINHOS, Marcelo Kfoury. **O alcance do planejamento estadual no Brasil: os planos mineiros de desenvolvimento da década de 70**. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração / USP, 1991. (Dissertação de mestrado)

OLIVEIRA, Teófilo Carlos de. **Missão Cristã no Mucuri: desocupação de terras e disciplina para o novo trabalhador mineiro**. In: SANTOS, Márcio Achtschin (org) et. al. **As Gerais distantes das Minas: fragmentos da história do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni: Gráfica Frota, 2009.

PAULA, João Antônio de. **A mineração do ouro em Minas Gerais do século XVIII**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org); VILLALTA, Luiz Carlos (org). **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2007.

PIRES, Anderson. **Agricultura de exportação e diversificação econômica**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org.); VILLALTA, Luiz Carlos (org.). **A província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2013.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Itinerários e interditos na territorialização das Gerais**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org.); VILLALTA, Luiz Carlos (org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2007a.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **“Brasis coloniais”: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org); VILLALTA, Luiz Carlos (org). **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2007b.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

SANTOS, Márcio Achtschin. **Os “desclassificados” do Mucuri: tensões e conflitos em Santa Clara e Colônia do Urucu no século XIX**. In: SANTOS, Márcio Achtschin (org) et. al. **As Gerais distantes das Minas: fragmentos da história do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni: Gráfica Frota, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. **A “babilônia” colonial: a economia açucareira**. In: BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da expansão portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

SEDINOR. **Idene**. Sedinor. Disponível em <<http://www.sedinor.mg.gov.br/2016-02-24-20-29-47/area>>. Acesso em 12 set. 2017.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1951. *apud* MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para discussão n° 10)